



***Câmara Municipal de Governador Valadares***  
Estado de Minas Gerais

**OFÍCIO Nº 185/2025/DIV CIRCULAR**  
**Assunto:** Encaminha Moção de Aplausos.  
**REF.** : Proc. 019/25

Governador Valadares, 07 de julho de 2025.

Senhor Professor,

Encaminhamos a Vossa Senhoria cópia do Requerimento nº **170/25**, de autoria da **Vereadora Sandra Perpétuo**, lido e aprovado na forma regimental, por unanimidade dos Senhores Vereadores presentes à Quarta Reunião Ordinária deste mês e que manifesta os mais sinceros **aplausos** desta Câmara Municipal de Governador Valadares ao **Professor Dr. Vinícius de Azevedo Couto Firme**, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares, bem como a **Isabella Carraro Azevedo Batista**, aluna egressa do Curso de Ciências Econômicas da UFJF-GV, reconhecendo o mérito acadêmico e social dos pesquisadores que por meio de rigoroso estudo científico, publicado na Review of Spatial Economic Analysis, revelaram os **impactos econômicos prolongados do desastre da Barragem de Mariana**, contribuindo significativamente para a reparação dos danos e para a formulação de políticas públicas mais eficazes em benefício das comunidades afetadas.

Atenciosamente,

Assinado de forma digital por  
**ALESSANDRO DE OLIVEIRA**  
**FERRAZ:00586949518**

**ALÊ FERRAZ**  
Presidente

Ao Senhor  
**PROFESSOR DR. VINÍCIUS DE AZEVEDO COUTO FIRME**  
Av. Minas Gerais, 883 – Aptº 901 - Centro  
Governador Valadares - MG

**35010-151**

*Alvy*





Lido na reunião de 04/07/25  
PRESIDENTE

REQUERIMENTO N. 172/2025  
(Processo nº \_\_\_\_/2025)

CÂMARA MUNICIPAL	
DE GOVERNADOR VALADARES	
Aprovação por _____	o (a) _____
Em 4/7/25	
PRESIDENTE	

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Vereadora que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem respeitosamente requerer o encaminhamento de **MOÇÃO DE APLAUSO** ao Professor Doutor Vinícius de Azevedo Couto Firme, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora – campus Governador Valadares, e à Isabella Carraro Azevedo Batista, egressa do curso de Ciências Econômicas da UFJF-GV.

Tal moção visa reconhecer o mérito acadêmico e social dos pesquisadores, que, por meio de estudo científico rigoroso, revelaram os impactos econômicos prolongados do desastre da barragem de Mariana, contribuindo significativamente para a reparação dos danos e para a formulação de políticas públicas mais eficazes em benefício das comunidades afetadas.

Este reconhecimento valoriza, ainda, o papel fundamental da universidade pública no enfrentamento de desafios socioeconômicos e ambientais de grande impacto para a sociedade, incentivando a continuidade de pesquisas que promovam o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Desta forma, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação.

Câmara Municipal de Governador Valadares, 4 de julho de 2025.

SANDRA PERPÉTUO  
VEREADORA PT



Os autores destacam, contudo, que a pandemia de COVID-19 pode ter distorcido as estimativas para o ano de 2020 (5 anos pós-desastre) e que o setor industrial da região já estava em declínio mesmo antes de 2015 (ano do rompimento da barragem de Mariana), o que pode ter amplificado as perdas no setor. Apesar disso, afirmam que os prejuízos econômicos do desastre são inegáveis e que a compensação financeira adequada (excluindo-se potenciais danos morais e/ou ecológicos) deveria ser maior que R\$ 151,9 bilhões, porém inferior a R\$ 498,2 bilhões.

**FONTE:** <https://www2.ufjf.br/noticias/2025/06/04/estudo-de-pesquisadores-da-ufjf-gv-revela-impactos-economicos-prolongados-do-desastre-de-mariana/>

Assim, solicito que seja encaminhada a presente moção após sua aprovação para os seguintes endereços:

Av. Minas Gerais, nº 883, apto. 901 Governadores Valadares, MG - CEP: 35010-151 ao Professor Doutor Vinícius de Azevedo Couto Firme.

Rua 4, nº 89, Caravelas, Governador Valadares, MG - CEP: 35039-042 à Isabella Carraro Azevedo Batista.

Câmara Municipal de Governador Valadares, 4 de julho de 2025.



**SANDRA PERPÉTUO**  
VEREADORA PT

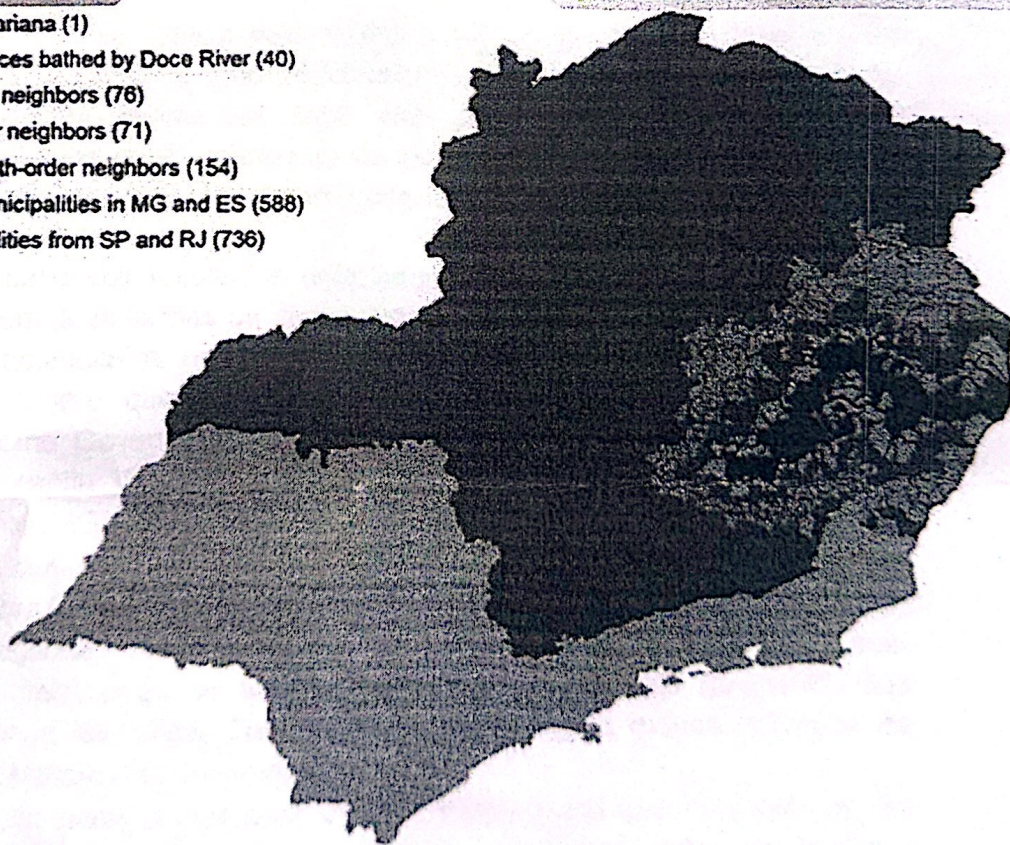


## JUSTIFICATIVA

Um estudo realizado por Isabella Carraro Azevedo Batista, egressa do curso de Ciências Econômicas do campus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (UFJF-GV), e pelo professor do referido curso Vinícius de Azevedo Couto Firme, foi publicado na Review of Spatial Economic Analysis (RSEA), uma das principais revistas científicas da área. O artigo "Economic impacts of the Brazil's Mariana dam disaster on different levels of neighbourhood" revela os profundos prejuízos econômicos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

A pesquisa, originada de um projeto de iniciação científica e da monografia de Isabella, utilizou um modelo estatístico avançado (painel-espacial com método de diferença-em-diferenças) para comparar municípios potencialmente afetados pelo desastre (situados em Minas Gerais e Espírito Santo) com outros de São Paulo e Rio de Janeiro, considerados como grupo de controle.

- A) City of Mariana (1)
- B) Other places bathed by Doce River (40)
- C) 1st-order neighbors (76)
- D) 2nd-order neighbors (71)
- E) 3rd and 4th-order neighbors (154)
- F) Other municipalities in MG and ES (588)
- G) Municipalities from SP and RJ (736)





Mapa político dos municípios da região sudeste brasileira, colorido com 7 tonalidades diferentes para destacar cada área potencialmente afetada pelo desastre de Mariana

A análise identificou que as perdas médias em Minas Gerais e Espírito Santo chegaram a 5,8% do PIB após três anos, 8,5% após quatro anos e 11,3% após cinco anos. Nas proximidades do Rio Doce, epicentro do desastre, as perdas foram ainda mais graves, atingindo entre 18% e 23% do PIB local, com reduções de até 43% na produção industrial. Os prejuízos estimados nos setores de agricultura, indústria e serviços em MG e ES variaram de 22,4%, 5% e 5% nos três primeiros anos após o desastre; para 24,8%, 12,5% e 7,7% após cinco anos do ocorrido, respectivamente.

Em valores absolutos, os prejuízos acumulados atingiram R\$ 151,9 bilhões em 3 anos, R\$ 297,9 bilhões em 4 anos e R\$ 498,2 bilhões em 5 anos (valores em Reais de 2022). Quando ajustados pelos efeitos indiretos (que captam a capacidade de recuperação econômica das regiões afetadas, por meio das relações comerciais com as cidades vizinhas), as perdas líquidas caem para R\$ 81,7 bilhões, R\$ 146,3 bilhões e R\$ 256 bilhões, respectivamente.

Em outubro de 2024, a Vale, a BHP e o governo brasileiro fecharam um acordo de R\$ 170 bilhões (US\$ 29,85 bilhões) para reparação dos danos. No entanto, o estudo sugere que esse valor não cobriria sequer as perdas econômicas diretas, muito menos os danos ambientais – que, segundo outra pesquisa, citada por Batista e Firme, poderiam elevar o prejuízo total para R\$ 850 bilhões.

Com base nos resultados estimados e no acordo firmado, Carraro e Firme propõem duas formas de distribuição dos recursos. A primeira (referente aos danos acumulados nos 3 anos pós-desastre), prioriza as áreas mais afetadas e sugere que cidades banhadas pelo Rio Doce (epicentro do desastre), como Governador Valadares (MG) e Linhares (ES), recebam R\$ 19,9 mil per capita. Já cidades um pouco mais distantes do epicentro, como Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES), ficariam com R\$ 8,6 mil per capita.

Neste contexto, até mesmo as cidades mais afastadas, como é o caso de Juiz de Fora (MG), deveriam receber algo em torno de R\$ 3,5 mil per capita.

Na segunda, considerando perdas mais prolongadas (4 anos pós-desastre), a distribuição se altera devido ao espraiamento geográfico dos efeitos ao longo do tempo. Neste caso, os municípios menos próximos do epicentro acabariam recebendo mais recursos.

De modo geral, o professor Vinícius Firme alerta que “o acordo de R\$ 170 bilhões é importante, porém, insuficiente para sanar todos os prejuízos econômicos causados pelo desastre de Mariana. Na realidade, há indícios de que o valor poderia ser até cinco vezes maior, caso os custos ambientais também fossem considerados”.